Doutor Jorge Francisco Dias Rodrigues Gaspar, professor auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 30 de Março a 6 de Abril de 2006.

5 de Abril de 2006. — O Director, *António Bensabat Rendas*.

Despacho (extracto) n.º 9440/2006 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Janeiro de 2006 do reitor da Universidade de Lisboa:

Licenciado Martinho Rozna João Pateh — autorizado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a categoria correspondente a especialista de informática, grau 1, nível 1, com efeitos a partir de 12 de Janeiro de 2006, por um ano, renovável até três anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Abril de 2006. — O Director, *António Bensabat Rendas*.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 9441/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico de 20 de Outubro de 2005, proferido por delegação, foram nomeados os professores a seguir indicados para fazerem parte do júri para apreciação do pedido de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado apresentado por Agnieska Joanna Dziura:

Presidente — Carlos Francisco Mafra Ceia, professor associado com agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Vogais:

Alcinda Pinheiro de Sousa, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva, professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

6 de Abril de 2006. — O Director, João Sâágua.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria e Serviços Centrais

Rectificação n.º 616/2006. — Para os devidos efeitos se rectifica que na alínea i) do n.º 4 da deliberação n.º 369/2006, inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 27 de Março de 2006, a p. 4535, onde se lê «O chefe de divisão do Gabinete de Integração Escolar e de Apoio Social, para a Unidade de Integração Escolar e de Apoio Social» deve ler-se «O chefe de divisão do Gabinete de Integração Escolar e de Apoio Social, para o Serviço de Integração Escolar e de Apoio Social».

5 de Abril de 2006. — O Reitor, *J. Novais Barbosa*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 9442/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Abril de 2006 do vice-reitor, Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, proferido por delegação de competência conferida por despacho reitoral de 9 de Novembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005, foi constituído pela seguinte forma, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto, o júri das provas para o título de agregado do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto requeridas pelo Doutor Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.
Vogais:

Doutor António Pedro Machado Gonçalves Dias, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor José Alberto Simões Gomes Machado, professor catedrático da Universidade de Évora.

Doutor Vítor Manuel de Oliveira Jorge, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutor Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

6 de Abril de 2006. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos*.

Despacho (extracto) n.º 9443/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Abril de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Rui Manuel de Azevedo Pereira da Silva, professor auxiliar convidado além do quadro, com 40% do vencimento, da Faculdade de Engenharia desta Universidade — reconduzido o contrato por mais cinco anos, com efeitos a partir de 13 de Novembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

6 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 9444/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Abril de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Manuel Maria Pacheco Figueiredo — nomeado definitivamente professor auxiliar além do quadro do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia desta Universidade, com efeitos a partir de 30 de Março de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

A comissão coordenadora do conselho científico da FEUP aprovou por unanimidade a nomeação definitiva do Doutor Manuel Maria Pacheco Figueiredo como professor auxiliar do Departamento de Engenharia Civil desta Faculdade.

O Doutor Manuel Maria Pacheco Figueiredo apresenta aptidões de que o Departamento muito pode beneficiar.

8 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Científico, *Carlos A. V. Costa*.

6 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Rectificação n.º 617/2006. — Para os devidos efeitos se rectifica que no despacho (extracto) n.º 7573/2006, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 67, de 4 de Abril de 2006, a p. 5058, onde se lê «Mestre José António Soares David Paiva da Silva» deve ler-se «Licenciado José António Soares David Paiva da Silva».

5 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação

Despacho (extracto) n.º 9445/2006 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2006 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, proferido por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Bruno Miguel Paz Mendes de Oliveira, assistente deste estabelecimento de ensino — concedida equiparação a bolsheiro fora do País de 1 a 19 de Julho de 2006.

4 de Abril de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Meibel Simões Marques Soeiro Batista*.

Faculdade de Farmácia

Despacho (extracto) n.º 9446/2006 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Abril de 2006 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Farmácia, proferido por delegação do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves, professor catedrático desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País de 24 a 29 de Maio de 2006.

Doutora Maria da Glória Correia da Silva Queiroz, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País de 24 a 29 de Maio de 2006.

Doutora Manuela Sofia Rodrigues Morato, assistente desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País de 24 a 29 de Maio de 2006.

4 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo*.

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 9447/2006 (2.ª série). — Por despacho do director da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto de 27 de Março de 2006, proferido por delegação:

Maria João Vidal Alves — renovado o contrato de trabalho a termo certo para o exercício de funções correspondentes às de assistente administrativo, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 24 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2006. — O Secretário, *Manuel Sobral Torres*.

Faculdade de Medicina Dentária

Aviso n.º 5118/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto de 28 de Março de 2006, proferido por delegação:

Doutor Manuel José Fontes de Carvalho, professor auxiliar — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 8 a 15 de Abril de 2006.

30 de Março de 2006. — A Secretária, *Lúcia de Fátima Raposo Antunes*.

Aviso n.º 5119/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto de 28 de Março de 2006, proferido por delegação:

Doutor Acácio Eduardo Soares Couto Jorge, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolsheiro no País no dia 29 de Março de 2006.

Mestre Ana Paula Rodrigues Rocha Amorim Martins Peres, assistente convidada — concedida a equiparação a bolsheiro no País no dia 30 de Março de 2006.

30 de Março de 2006. — A Secretária, *Lúcia de Fátima Raposo Antunes*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Aviso n.º 5120/2006 (2.ª série). — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, devidamente autorizado por despacho de 31 de Março de 2006 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária, proferido por delegação de competências, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional especialista, da carreira técnico-profissional, área de apoio laboratorial e ou de campo, de apoio ao ensino e investigação, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 143/90, de 21 de Fevereiro, com as alterações constantes do mapa II anexo ao despacho reitoral de 8 de Outubro de 2001, n.º 21 969/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 23 de Outubro de 2001.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga posta a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Medicina Veterinária, sita na Avenida da Universidade Técnica, Pólo Universitário, Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais constantes dos Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de

Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 204/98, de 11 de Julho, e 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

5 — O vencimento é o previsto no mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais, as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Conteúdo funcional — ao lugar a preencher correspondem funções de natureza executiva, de aplicação técnica, com base no estabelecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directivas bem definidas, com certo grau de complexidade, relativas às técnicas relacionadas com os laboratórios e oficinas de tecnologias de produtos animais, nomeadamente no que se refere a produtos de salsicharia e derivados de pescado.

7 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

- Requisitos gerais — serem funcionários que satisfaçam as condições estabelecidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Requisitos especiais — encontrarem-se nas condições previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizadas a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

8.1 — Avaliação curricular — serão ponderados os seguintes factores, em função das exigências correspondentes ao conteúdo funcional do lugar a prover e do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- Habilitação académica de base — onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou sua equiparação legalmente reconhecida;
- Formação profissional — em que se ponderarão as acções de formação e de aperfeiçoamento profissionais, desde que devidamente comprovadas, relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso, considerando-se ainda as acções na área de laboratório, uma vez que os conhecimentos e a prática serão relevados;
- Experiência profissional — em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso foi aberto. Assim, ponderar-se-á, designadamente, a experiência que os candidatos demonstrarem possuir na área laboratorial, desenvolvida em universidades ou outros estabelecimentos de ensino superior, devendo ser avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração;
- Classificação de serviço e ou avaliação do desempenho — na sua expressão quantitativa, convertida na escala de 0 a 20 valores.

8.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

9 — Os métodos de selecção serão classificados de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que na avaliação curricular ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

10 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado em papel normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa e entregue pessoalmente na Divisão Académica e de Recursos Humanos desta Faculdade, sita na Avenida da Universidade Técnica, Pólo Universitário, Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa, ou remetido pelo correio com aviso de recepção, contendo os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Habilitações profissionais (acções de formação e outras);
- Indicação da categoria, do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e da antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.